




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO

O Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Ambiental (C.E.E.C.A), Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DO AMARAL RIBEIRO**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 59 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº 2592585/2019 ao Conselheiro Regional:

<input checked="" type="checkbox"/>	Eng. Civil VALDENER CASTRO SILVA
<input checked="" type="checkbox"/>	Eng. Civil ARNALDO CARVALHO MUNIZ
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil EURIDICE AMÉLIA REIS RABELO
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil NAGIB ABRAHÃO DUAILIBE NETO
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil RANYELLE RICARDO SANTOS
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil PAULO SERGIO SANTOS MOREIRA
<input type="checkbox"/>	Geól. THIAGO VIEIRA MOREIRA
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil LUIS ANTONIO SIMÕES HADADE
<input type="checkbox"/>	Eng. Civil RAIMUNDO XAVIER LIMA SILVA

São Luis, 07 de maio de 2019


Eng. Civ. - Antonio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada	ENGENHARIA CIVIL, GEOLOGIA E MINAS
Referencia	Registro de Pessoa Jurídica – 2592585/2019
Interessado	LIDERANÇA SERVICOS DE LEGALIZACAO IMOBILIARIA

RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

HISTÓRICO:

A LIDERANÇA SERVICOS DE LEGALIZAÇÃO IMOBILIARIA solicitou o Registro de Pessoa Jurídica, protocolado neste Conselho sob o nº 2592585/2019. O processo foi encaminhado a esta Câmara Especializada, do CREA-MA, para decisão do pedido consubstanciado nas considerações a seguir:

CONSIDERAÇÕES:

CONSIDERANDO que a regulamentação dos pedidos de registros de empresas perante o Conselho Regional se dá com base na Resolução nº. 336/1989 CONFEA;

CONSIDERANDO que o profissional indicado, o Engenheiro Civil THIAGO AUGUSTO SILVA RIBEIRO com atribuições do artigo 7º da Resolução 218/73, encontra-se em dias com este Conselho, e já é responsável técnico por duas empresas perante o CREA-MG, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais.

CONSIDERANDO que os profissionais indicados, o Engenheiro Civil SANDRO FRANÇA BOTAO JUNIOR, com atribuições do artigo 7º da Resolução 218/73, os Engenheiros Eletricistas ARCEU SANTOS CORDEIRO DE CAMPOS e CARLOS ANDRE CARIOCA DA SILVA JUNIOR com atribuições do artigo 8º e 9º da Resolução 218/73, os Engenheiros Mecânicos JOAO BOSCO FRANCA e WALLACE SOEIRO FERREIRA, com atribuições do artigo 12º e 9º da Resolução 218/73, encontram-se em dias com este Conselho, e não são responsável técnico por nenhuma empresa perante o CREA-MA.

CONSIDERANDO que os pedidos de vinculações de responsabilidade profissionais na empresa interessada é de 10 (dez) horas semanais.

CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 18 da Resolução 336/89 do CONFEA, que discrimina:

“em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além de sua firma individual”.

CONSIDERANDO a regularidade da documentação apensada ao processo, conforme legislação pertinente;

CONSIDERANDO a competência originária do Plenário do Conselho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

VOTO:

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, **encaminhamos o processo ao Plenário do CREA-MA** para decisão, recomendando o **DEFERIMENTO** do pedido de **Registro de Pessoa Jurídica**, com a inclusão do profissional e **com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições de seu responsável técnico**, conforme parágrafo único do art. 13, da Resolução 336/1989 do CONFEA, devendo o setor responsável adotar as providências neste sentido.

É o voto.

São Luis, 07 de maio de 2019.


Eng. Civ. - Arnaldo Carvalho Muniz
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1100440801



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	ENGENHARIA CIVIL, GEOLOGIA E MINAS
Referência:	Registro de Pessoa Jurídica – 2592585/2019
Interessado:	LIDERANÇA SERVICOS DE LEGALIZAÇÃO IMOBILIARIA
Decisão da Câmara Especializada:	C.E.E.C.G.M Nº. 201/2019

EMENTA: REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA.
DEFERIMENTO.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil, Geologia e Minas reunida nesta data, apreciou, o processo da empresa **LIDERANÇA SERVICOS DE LEGALIZAÇÃO IMOBILIARIA** que solicitou o Registro de Pessoa Jurídica, protocolado neste Conselho sob o nº **2592585/2019**. O processo foi encaminhado a esta Câmara Especializada, do CREA-MA, para decisão do pedido consubstanciado nas considerações a seguir: **CONSIDERAÇÕES:** CONSIDERANDO que a regulamentação dos pedidos de registros de empresas perante o Conselho Regional se dá com base na Resolução nº. 336/1989 CONFEA; CONSIDERANDO que o profissional indicado, o Engenheiro Civil **THIAGO AUGUSTO SILVA RIBEIRO** com atribuições do artigo 7º da Resolução 218/73, encontra-se em dias com este Conselho, e já é responsável técnico por duas empresas perante o CREA-MG, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais; CONSIDERANDO que os profissionais indicados, o Engenheiro Civil **SANDRO FRANÇA BOTAO JUNIOR**, com atribuições do artigo 7º da Resolução 218/73, os Engenheiros Eletricistas **ARCEU SANTOS CORDEIRO DE CAMPOS** e **CARLOS ANDRE CARIOCA DA SILVA JUNIOR** com atribuições do artigo 8º e 9º da Resolução 218/73, os Engenheiros Mecânicos **JOAO BOSCO FRANCA** e **WALLACE SOEIRO FERREIRA**, com atribuições do artigo 12º e 9º da Resolução 218/73, encontram-se em dias com este Conselho, e não são responsável técnico por nenhuma empresa perante o CREA-MA; CONSIDERANDO que os pedidos de vinculações de responsabilidade profissionais na empresa interessada é de 10 (dez) horas semanais; CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 18 da Resolução 336/89 do CONFEA, que discrimina: “em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além de sua firma individual”. CONSIDERANDO a **regularidade** da documentação apensada ao processo, conforme legislação pertinente; CONSIDERANDO a competência originária do Plenário do Conselho. CONSIDERANDO o voto do conselheiro relator. Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, **DECIDIU** pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-MA para decisão, recomendando o **DEFERIMENTO** do pedido de **Registro de Pessoa Jurídica** e a inclusão do profissional apresentado. O registro deve ser concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições de seu responsável técnico, conforme parágrafo único do art. 13, da Resolução 336/1989 do CONFEA, devendo o setor responsável adotar as providências neste sentido. Esta foi a decisão da maioria dos membros que votaram o pleito.

Ao Plenário do CREA.

Coordenou a Reunião o Conselheiro Regional:

São Luís - MA, 07 de maio de 2019

Eng. Civ. Antônio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162